

CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES INDÍGENAS NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, BRASIL

CASES OF VIOLENCE AGAINST INDIGENOUS WOMEN IN THE STATE OF MATO GROSSO DO SUL, BRAZIL

Fernanda Gonzales Santos¹, Igor Pires Santos², Iris Messa Martins³,
Suellen Fernanda Pinheiro Hammuud⁴, Eduardo Henrique Loreti⁵

RESUMO

Introdução: A violência contra a mulher indígena é um acontecimento recorrente, não sendo apenas de forma física ou sexual. **Objetivo:** O objetivo do estudo foi fazer uma descrição dos casos de violência contra a mulher indígena no estado do Mato Grosso do Sul, Brasil no período de 2009 a 2017. **Materiais e métodos:** estudo epidemiológico, descritivo, do tipo levantamento retrospectivo. Foi feita coleta de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), referente ao período de 2009 a 2017. **Resultados:** No período em que foi feita a análise foram observados 1.862 casos de violência contra mulheres indígenas no MS, desses 650 foram violência de repetição, dos quais 21,48% ocorreram na faixa etária de 20-29 anos, 18,58% na faixa etária de 30-39 anos, 16,27% na faixa etária de 10-14 anos e 13,10% na faixa etária de 15-19 anos. Foi observado diferença significativa ($p < 0,05$) entre a quantidade de casos notificados na faixa etária de 20-29 anos. Foi possível constatar que os casos de violência sofreram evolução no período de 2009 a 2017. Os municípios que apresentam destaque por terem maior número de casos são Dourados com 544 (29,21%) casos, Caarapó com 277 (14,87%), Amambai com 219 (11,76%), Campo Grande com 163 (8,75%) e Japorã com 101 (5,42%), os demais municípios apresentaram a soma de 558 (29,96%) casos. **Conclusão:** A violência contra a mulher indígena está ligada a diversos fatores sendo necessária maior participação dos profissionais de saúde na vida dessa população.

Palavras-chave: Povos indígenas. Violência contra a mulher. Violência étnica.

ABSTRACT

Introduction: Violence against indigenous women is a recurring event, not only in physical or sexual form. **Objective:** The objective of the study was to describe the cases of violence against indigenous women in the state of Mato Grosso do Sul, Brazil from 2009 to 2017. **Method:** epidemiological, descriptive, retrospective survey. Data were collected from the Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), for the period from 2009 to 2017. **Results:** In the period in which the analysis was carried out, 1,862 cases of violence against indigenous women in MS were observed, of these 650 were repetitive violence, of which 21.48% occurred in the 20-29 age group, 18.58% in the 30-39 age group, 16.27% in the 10-14 age group and 13.10% in the 15-19 age group. A significant difference ($p < 0.05$) was observed between the number of cases reported in the 20-29 age group. It was possible to verify that the cases of violence underwent evolution in the period from 2009 to 2017. The municipalities that stand out for having a higher number of cases are Dourados with 544 (29.21%) cases, Caarapó with 277 (14.87%), Amambai with 219 (11.76%), Campo Grande with 163 (8.75%) and Japorã with 101 (5.42%), the other municipalities presented the sum of 558 (29.96%) cases. **Conclusion:** Violence against indigenous women is linked to several factors, requiring greater participation of health professionals in the life of this population.

Keywords: Indigenous peoples. Violence against women. Ethnic violence.

¹Discente do curso de Fisioterapia do Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN), Dourados/Mato Grosso do Sul, Brasil. ORCID: 0000-0002-6922-3822 E-mail: feer-gonzalez2@hotmail.com

²Discente do curso de Fisioterapia do Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN), Dourados/Mato Grosso do Sul, Brasil. ORCID: 0000-0003-4296-1814. E-mail: igorecb@live.com

³Discente do curso de Fisioterapia do Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN), Dourados/Mato Grosso do Sul, Brasil. ORCID: 0000-0003-2553-6998 E-mail: irismessamartins2@gmail.com

⁴Discente do curso de Fisioterapia do Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN), Dourados/Mato Grosso do Sul, Brasil. ORCID: 0000-0003-0970-6715. E-mail: sf-ph@hotmail.com

⁵Docente do curso de Fisioterapia do Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN), Dourados/Mato Grosso do Sul, Brasil. ORCID: 0000-0002-7821-1145 E-mail: eduardomicrofisio@gmail.com



INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher compõe um feito complexo, fundado nas relações de gênero, no qual provoca danos físicos, psicológicos e/ou sofrimento para a mulher. Um problema mundial, em que se embasa nas desigualdades de poder, isto é, uma violência decorrente da desigualdade de sexo, que se inicia no âmbito familiar, e as relações de gênero se instituem de forma hierárquica (SANTOS *et al.*, 2020).

Na violência física transcorre na ocasião em que uma pessoa exerce poder em relação a outra, no qual causa ou tenta causar dano acidental, mediante de utilização de força física ou algum tipo de arma que é capaz de gerar ou não lesões externas, internas ou ambas. Já a violência sexual consiste em ações nas quais uma pessoa em relação de poder utiliza a força física, em conjunto com a repressão e intimidação psicológica, para obrigar uma outra ao ato sexual contra a sua vontade, ou que a exponha em interações sexuais que propiciem sua vitimização, da qual o agressor tenta obter gratificação (BRASIL, 2002).

Segundo o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS) (2017), a agressão contra a mulher indígena é um tema muito difícil por conta de diversos pontos que devem ser levados em consideração diante da realidade dessas mulheres, pois é necessário se atentar a cultura, os costumes e as crenças desses povos. As hostilidades contra a mulher indígena compreendem mais do que a violência física, engloba os matrimônios forçados, a prática de doar filhas a outras famílias, violação das meninas entre outras.

A população indígena é de 80.459 habitantes, em 29 municípios, composta por 08 etnias: Guarani, Kaiowá, Terena, Kadwéu, Kinikinaw, Atikun, Ofaié e Guató (SECID/MS, 2019). Posto isso, a região centro-oeste é considerada a terceira região com maior concentração de indígenas do Brasil e o Mato Grosso do Sul (MS) abrange 56% desses habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2012).

O presente estudo teve por objetivo descrever os casos de violência contra a mulher indígena e variáveis associadas no Mato Grosso do Sul, Brasil no período de 2009 a 2017.

MATERIAIS E MÉTODO

Trata-se de um estudo epidemiológico, descritivo, do tipo levantamento retrospectivo. Foram coletados dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), referente ao período de 2009 a 2017.

Foram recolhidos dados pertinentes aos casos de violência contra as mulheres indígenas no MS. Os dados que foram coletados são referentes à faixa etária, tipo de agressão, meio utilizado, ano, município de residência, escolaridade, local da ocorrência da violência e agressor. A pesquisa de elementos ocorreu durante o período de 20 a 24 de junho de 2020 por meio do programa *Tab para Windows* (TabWin) versão 3.6B, no qual permite a tabulação de dados gerados pelo aplicativo TABNET desenvolvido pelo DATASUS. Posteriormente, os dados foram analisados por meio do programa TabWin e tabulados no Software Microsoft Office Excel® versão 15.0 de 2013.

Foi realizada análise de variância (ANOVA) pelo teste de Tukey para comparar a distribuição das amostras. Para a análise estatística foi utilizado o Software BioEstat® versão 5.3 da Universidade Federal do Pará (UFPA) adotando-se como significativo o valor de $p < 0,05$.

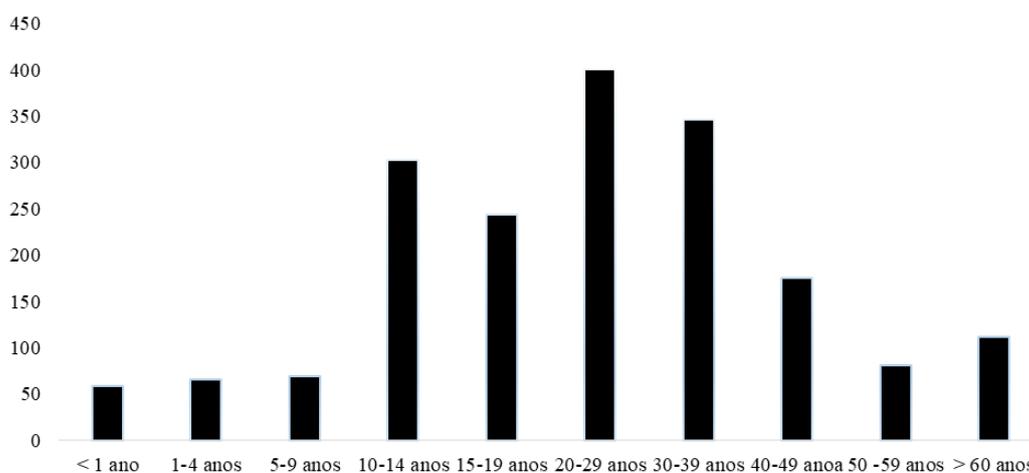
Por se tratar de um estudo que utilizou bases secundárias, com dados disponíveis *on-line*, de livre e irrestrito acesso ao público em geral, em que não há identificação dos sujeitos, o estudo foi isento de submissão ao Comitê de

Ética e Pesquisa (CEP), entretanto, os pesquisadores mantiveram todo o cuidado e seguiram as normas éticas vigentes em pesquisa.

RESULTADOS

No período analisado foram observados 1.862 casos de violência contra mulheres indígenas no MS. Dentre eles, 650 casos foram violência de repetição, dos quais 21,48% ocorreram na faixa etária de 20-29 anos, 18,58% na faixa etária de 30-39 anos, 16,27% na faixa etária de 10-14 anos e 13,10% na faixa etária de 15-19 anos. Foi observada diferença significativa ($p < 0,05$) entre a quantidade de casos notificados na faixa etária de 20-29 anos (Figura 1). Na figura 2 é possível observar a evolução dos casos de violência no período de 2009 a 2017.

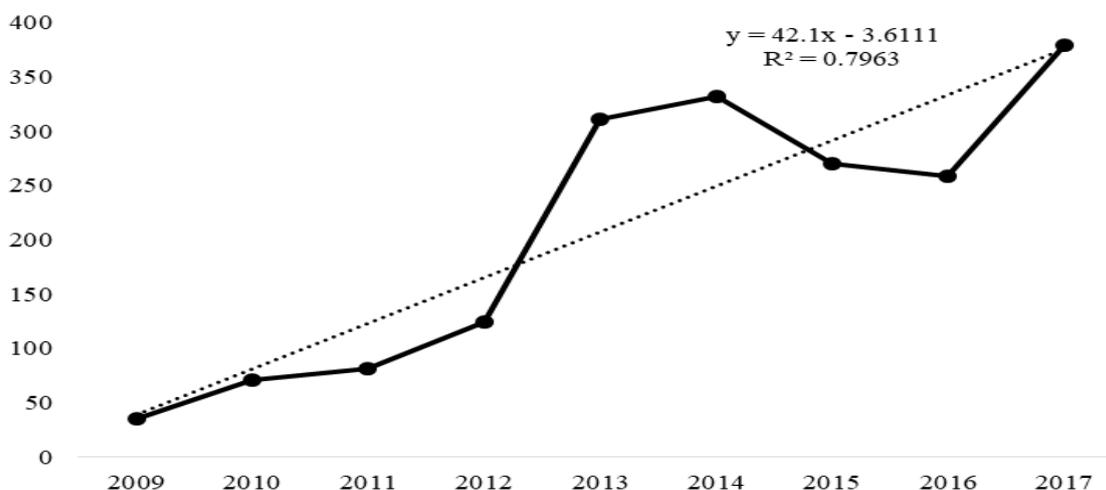
Figura 1 – Casos de violência notificados de 2009 a 2017 pela faixa etária.



Fonte: Elaborado pelos autores com bases nos dados do SINAN

Com relação à escolaridade 371 (19,92%) das vítimas de violência tinham entre a 5ª a 8ª série incompleta do ensino fundamental e 327 (17,56%) tinha entre a 1ª a 4ª série incompleta do ensino fundamental, sendo ambas estatisticamente significantes quando comparadas com outros níveis de escolaridade ($p < 0,05$).

Figura 2 – Casos notificados de violência no período de 2009 a 2017.



Fonte: Elaborado pelos autores com bases nos dados do SINAN

De todos os casos de violência notificados 1,283 (68,90%) ocorreram na residência da agredida, 183 (9,82%) na rua, 18 (0,96%) em bares e 378 (20,32%) ocorreram em outros locais ($p < 0,0001$). Sendo que desses 759 (40,76%) evoluíram para alta, 12 (0,64%) óbito pela violência, 9 (0,48%) fugiram do agressor ($p < 0,05$), e 1.082 (58,10%) tiveram outras evoluções.

Já com relação ao agressor, 114 (6,12) dos casos de violência foram causadas pelo pai, 105 (5,63%) pela mãe, 36 (1,93%) pelo padrasto, 3 (0,16%) pela madrasta, 738 (39,63%) pelo cônjuge, 40 (2,14%) pelo ex-cônjuge, 22 (1,18%) pelo namorado, 72 (3,86%) pelo filho, 75 (4,02%) pelo irmão (a), 223 (11,97%) por amigos, 135 (7,25%) por desconhecidos; 62 (3,32%) pela própria pessoa, 351 (18,85%) outros tipos de agressor (Tabela 1). Foi observado diferença estatística entre a quantidade casos de violência cometidas pelo cônjuge em relação aos outros agressores ($p < 0,01$). A tabela 2 apresenta a quantidade de casos de violência e o tipo de violência cometida pelo agressor no período de 2009 a 2017.

Tabela 1 – Casos de violência cometidos pelo agressor, mas faixas etárias.

Agressor	Faixa etária									
	<1 ano	1-4 anos	5-9 anos	10-14 anos	15-19 anos	20-29 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-59 anos	>60 anos
Pai	14	32	14	25	14	10	1	4	0	0
Mãe	27	36	13	8	9	7	1	1	0	0
Padrasto	0	2	7	18	5	2	2	0	0	0
Madrasta	0	0	0	2	1	0	0	0	0	0
Cônjuge	0	0	0	81	95	208	194	91	37	30
Ex-cônjuge	0	0	0	4	6	14	8	4	3	1
Namorado	0	0	0	10	6	1	2	2	0	0
Filho(a)	0	0	0	0	0	2	10	14	16	29
Irmão(a)	0	0	4	7	12	22	18	6	2	2
Amigo(a)	0	0	9	57	34	51	32	22	4	13
Desconhecido	4	0	8	26	23	29	15	18	5	7
Própria pessoa	0	0	1	12	12	9	17	6	3	2

Fonte: Elaborado pelos autores com bases nos dados do SINAN

Dos casos de violência notificados, 1.483 foram violência física, 344 casos de violência psicológica, 37 casos de violências com tortura, 343 casos de violência sexual, 16 casos de violência financeira, 117 casos de negligência e abandono, 1.118 casos de espancamento, 68 casos de enforcamento, 68 casos de assédio sexual, 11 casos de atentado violento ao pudor e 7 casos de exploração sexual. A tabela 3 apresenta a quantidade e os principais tipos de violência pela faixa etária no período de 2009 a 2017.

Tabela 2 – Quantidade e tipos de violência cometidos pelo agressor.

(continua)

Agressor	Tipos de violência										
	VF	VP	TO	VS	VFE	NA	ES	EN	AS	VP	EX
Pai	44	12	0	29	1	51	35	1	8	0	0
Mãe	37	10	1	6	4	75	24	0	1	0	2
Padrasto	20	10	1	22	0	1	20	0	7	0	0
Madrasta	2	2	0	2	0	0	1	0	1	0	0
Cônjuge	671	156	15	69	2	4	531	27	5	2	0
Ex-cônjuge	34	14	1	6	2	2	27	1	0	0	0

(conclusão)

Agressor	Tipos de violência										
	VF	VP	TO	VS	VFE	NA	ES	EN	AS	VP	EX
Namorado	12	3	1	10	0	1	8	1	0	1	1
Filho(a)	53	11	0	2	2	18	41	2	0	0	0
Irmão(a)	71	10	0	4	0	3	50	0	0	0	1
Amigo(a)	193	54	11	63	3	1	144	9	23	3	5
Desconhecido	111	26	3	43	4	1	87	2	7	3	1
Própria pessoa	42	9	1	3	0	0	10	19	0	0	0

VF: violência física; VP: violência psicológica e moral; TO: tortura; VS: violência sexual; VFE: violência financeira; NA: negligência e abandono; ES: espancamento; EN: enforcamento; AS: assédio sexual; VP: atentado ao pudor; EX: exploração sexual.

Fonte: Elaborado pelos autores com bases nos dados do SINAN.

Com relação ao meio utilizado pelo agressor durante o ato de violência, 174 casos de violência foram com objetos contundentes, 304 com objetos perfurocortantes, 17 com objetos quentes, 13 casos de envenenamento e 9 casos com uso de arma de fogo. A tabela 4 destaca os principais meios utilizados pelo agressor nas diferentes faixas etárias.

Os municípios que apresentaram maior quantidade de casos foram Dourados com 544 (29,21%) casos, Caarapó com 277 (14,87%), Amambai com 219 (11,76%), Campo Grande com 163 (8,75%) e Japorã com 101 (5,42%), os demais municípios apresentaram a soma de 558 (29,96%) casos de violência. A quantidade de casos em Dourados foi estatisticamente significativa quando comparado com os outros municípios do Mato Grosso do Sul ($p < 0,05$).

Tabela 3 – Quantidade e tipo de violência nas faixas etárias.

Violência	Faixa etária									
	<1 ano	1-4 anos	5-9 anos	10-14 anos	15-19 anos	20-29 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-59 anos	>60 anos
VF	58	66	69	303	244	400	346	175	81	112
VP	6	5	13	54	50	82	61	30	17	23
TO	1	3	3	4	3	7	6	6	1	2
VS	5	20	35	202	26	20	13	8	3	11
VFE	2	2	1	3	1	2	0	2	0	3
NA	27	34	16	2	6	3	4	5	0	19
ES	18	14	27	105	166	299	240	120	57	70
EM	0	1	1	10	17	16	14	4	3	2
AS	3	8	9	30	7	4	2	0	1	4
VP	0	2	2	6	0	1	0	0	0	0
EX	1	0	1	4	0	0	1	0	0	0

VF: violência física; VP: violência psicológica e moral; TO: tortura; VS: violência sexual; VFE: violência financeira; NA: negligência e abandono; ES: espancamento; EN: enforcamento; AS: assédio sexual; VP: atentado ao pudor; EX: exploração sexual.

Fonte: Elaborado pelos autores com bases nos dados do SINAN

Tabela 4 – Meios utilizados durante o ato de violência pela faixa etária.

Meio utilizado	Faixa etária									
	<1 ano	1-4 anos	5-9 anos	10-14 anos	15-19 anos	20-29 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-59 anos	>60 anos
Objeto Contundente	6	1	3	10	22	34	49	20	19	10
Objeto Perfuro Cortante	4	1	4	23	46	81	77	37	12	16
Objeto Quente	2	2	1	3	1	2	2	2	0	2
Envenenamento	0	0	1	1	1	2	6	1	1	0
Arma de fogo	1	0	0	0	4	1	1	2	0	0
Ameaça	1	1	8	41	27	33	22	12	6	6

Fonte: Elaborado pelos autores com bases nos dados do SINAN

DISCUSSÃO

Uma das pautas mais importantes do movimento feminista brasileiro é o direito a uma vida livre de violência, e essa problemática também se apresenta destacada entre as mulheres indígenas, no qual a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) vem realizando discussões com o objetivo de entender como lidar com a violência, principalmente a violência doméstica, na população de mulheres indígenas (FONSECA, 2015).

Delgado e Enríquez (2010) ressaltam que ser mulher é um fator que provoca discriminação e associado a isso fatores como o estado de saúde, idade, religião, origem étnica, cultural e socioeconômica, integram fatores que favorecem a opressão de alguns grupos sobre outros desencadeando casos ou aumento da violência.

López (1996) destaca que existem cinco tipos de violência contra a mulher: a simbólica, que é derivada de formas subjacentes de dominação baseado em costumes ancestrais; violência física intergrupos, que afeta de maneira direta todas as pessoas e quebram as bases de uma comunidade; a violência econômica, que é uma forma de violência silenciosa, mas a torna vulnerável e impede de escapar de outros tipos de violência; a violência institucional, que pode ser política, jurídica, religiosa e afeta moralmente a mulher e a violência interindividual, que é resultado de situações persistentes de desigualdades e subordinação.

Nesse sentido, percebe que a violência contra a mulher tem uma concepção vasta que vai além da conjugalidade. Cabe destacar que a situação vivida pela população indígena vem sofrendo mudança drásticas, como o recolhimento das populações em áreas menores, a necessidade de sair das aldeias em busca de trabalho, a profissionalização das mulheres, a diminuição de práticas culturais e religiosas, degradação da paisagem natural, a introdução de determinadas bebidas alcoólicas e drogas nas aldeias. Essas situações levam a redefinição das relações de gênero, que podem se tornar ou resultar em violência (ZIMMERMANN, SERAGUZA, VIANA, 2015).

Historicamente a mulher indígena é vítima de violência, como é o caso de violência sexual e física que sofriam as índias pelos invasores (RAMINELLI, 1997). E essa situação vem se perdurando e aumentando nos últimos anos. De acordo com Zimmermann, Seraguza, Viana, (2015) uma em cada três índias é estuprada durante sua vida.

Em quase toda a sua totalidade, o agressor é do sexo masculino, se acontece devido a lógica patriarcal de gênero, o patriarca detém o direito à posse, inclusive sexual, levando aos maiores casos de violência serem praticados por esses indivíduos (SAFFIOTTI, 2001).

Os homens constituem o principal agressor relacionado a violência doméstica, uma vez que as mulheres tendem a ter uma parcela pequena, em torno de 1% no total de agressões e os atos violentos cometidos pelos homens tendem a ter impacto mais grave nas vítimas. O principal fator relacionado ao fato do agressor ser do sexo masculino reside, como já destacado, na lógica patriarcal, que leva o homem a querer assegurar sua supremacia até mesmo por meio de atos violentos (SAFFIOTTI, 2001).

Estudos sobre violência em mulheres não indígenas, destacaram que o companheiro foi o principal agressor e os principais tipos de violência cometida foram à física, psicológica e sexual (SCHARAIBER *et al.*, 2007; LABRONICI *et al.*, 2010).

Estudos sobre violências cometidas pelo companheiro demonstram que a violência psicológica é uma das mais frequentes e que este tipo de violência representa diversas formas de agressão que afetam diretamente o estado emocional e psicológico. Fazem parte desse tipo de violência o abandono, descuido, humilhação, insultos, ameaças, marginalização, indiferença, infidelidade, restrição, entre outros. Esses fatores podem levar a vítima a isolamento, a desvalorização da autoestima, violência autoprovocada e até suicídio (BURGOS *et al.*, 2012; MORALES, ALONSO, LÓPEZ, 2011).

Diante de um ato de violência, as mulheres ou responsáveis pelos agredidos nem sempre tomam a iniciativa em denunciar o agressor fazendo com que a aplicação da lei seja prejudicada e os casos notificados não seja um reflexo real da quantidade de casos de violência. Verdum (2008) salienta que pode ocorrer união entre parentes consanguíneos resultando em não denunciar diante de agressões, pois não é encorajado pela família. No entanto, existe um temor a aplicação da lei por parte das mulheres indígenas e então não denuncia a agressão.

Rosa (2016) destaca que os casos de violência contra a mulher indígena cresceram aproximadamente 495% no MS. Em 2010 o número de agressões notificadas foi de 104 agressões físicas, já em 2014 esse número aumentou para 619 notificações. Com relação aos casos de estupro, esses têm aumentado dentro das aldeias se tornando uma realidade nas comunidades e esse aumento tem relação com fatores externos como o consumo excessivo de álcool.

A violência sexual é menos relatada, devido a sistemas inadequados de apoio, vergonha, medo ou risco de retaliação ou de serem responsabilizados, esses fatores levam a uma maior dificuldade de as mulheres indígenas relatarem os casos de violência sexual (VISENTIN *et al.*, 2015). Podem ser considerados casos de violência sexual: determinados comentários, avanços sexuais ou qualquer ato que degrade ou danifique o corpo da mulher, que viole sua dignidade e integridade física. Esses atos podem levar a problemas de saúde, incluindo uma maior probabilidade de infecção por doenças infectocontagiosas (JASSO, ROSAS, 2014).

Com relação aos casos de violência contra crianças indígenas, Oliveira (2016) salienta a importância de trabalhos etnográficos para um entendimento e aprofundamento dos casos de violência, bem como as interpretações e repercussões desses atos.

Diante do aumento dos casos de violência contra essa população é necessário que os profissionais de saúde, se aproximem dessa população e fiquem atentos às necessidades de saúde, incluindo aspectos emocionais das mulheres, detectem os fatores de risco para casos de violência e invistam em projetos de promoção da saúde e educação visando diminuir os casos de violência (ZÚÑIGA, MORALES, GONZALES, 2013). Como as mulheres indígenas frequentemente não identificam os problemas de saúde que enfrentam devido à violência psicológica sexual, é necessário fornecer apoio para essas mulheres (CALVO, CAMACHO, 2014).

CONCLUSÃO

Diante do exposto, pode-se inferir que a violência contra a mulher indígena se associa a fatores como o estado de saúde, idade, religião, origem étnica, cultural e socioeconômica. Os conflitos contra a mulher indígena compreendem mais do que a violência física, compreende também os matrimônios forçados, a prática de doar filhas a outras famílias, entre outros.

Conforme os dados coletados, concluímos que a maioria dos casos ocorreu na faixa etária de 20-29 anos de idade, tendo sua maioria acometida pelo próprio cônjuge da vítima, podendo dar grande destaque à violência física. A respeito dos casos de violência notificados no período de 2009 a 2017 podemos visualizar um aumento gradativo entre os anos de 2012 a 2014, tendo um declínio nos anos de 2014 a 2016 e aumentando novamente em 2017, atingindo o seu pico.

Logo, podemos constatar que os casos de violência vêm aumentando com o decorrer dos anos. Destarte, é necessário que os profissionais de saúde se aproximem dessa população e fiquem atentos às necessidades de saúde, incluindo aspectos emocionais das mulheres, identificando os fatores de risco para casos de violência e investir em projetos de promoção da saúde e educação visando diminuir os casos de violência.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. **Violência intrafamiliar: Orientações para a Práticas em Serviço**. Brasília, DF, 2002.
- BURGOS, D. *et al.* Violencia de pareja en mujeres de la comunidad, tipos y severidad, Cali, Colombia. **Rev. Salud Pública**, v. 14, p. 377-389, 2012.
- CALVO, G. C.; CAMACHO, B. R. La violencia de género, evolución, impacto y claves para su abordaje. **Enferm Global**, v. 12, p. 424-439, 2014.
- DELGADO, F. L. Y.; ENRÍQUEZ, C.H. Haciendo visible lo invisible. Violencia de género y entre generaciones en una comunidad indígena colombiana. **InvestEducEnferm.**, v. 28, n. 3, p. 444-454, 2010.
- FONSECA, L. G. D. A construção intercultural do direito das mulheres a uma vida sem violência: a experiência brasileira. **Hendu.**, v. 6, n. 1, p. 88-102, 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena_censo2010.pdf. Acesso em: 25 jun. 2020.
- JASSO, I.; ROSAS, R. Experiencias de educación em la Universidad Intercultural Indígena de Michoacán (UIIM) desde una perspectiva de género. **Rev Latinoam Educ Inclusiva**, v. 8, p. 247-262, 2014.
- LABRONICI, L. M.; FERRAZ, M. I. R.; TRIGUEIRO, T. H.; FEDAGOLI, D. Profile of the violence committed against women assisted at Pousada de Maria lodging. **Rev Esc Enferm USP**, v. 44, n. 1, p. 124-131, 2010.
- LÓPEZ, M. La violencia contra las mujeres y las niñas. **Doc Soc.**, v. 105, p. 195-204, 1996.
- MATO GROSSO DO SUL. SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA. Subsecretaria especial de cidadania (SECID/MS). **Comunidades Indígenas**. Disponível em: <https://www.secid.ms.gov.br/comunidades-indigenas-2/>. Acesso em: 25 jun. 2020.
- MORALES, A.; ALONSO, M.; LÓPEZ, K. Violencia de género y autoestima de las mujeres de la Ciudad de Puebla. **Rev Sanid Milit Méx.**, v. 65, p. 48-52, 2011.
- OLIVEIRA, C. A. Violência sexual, infância e povos indígenas: ressignificação intercultural das políticas de proteção no contexto das indígenas crianças. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud.**, v. 14, n. 2, p. 1177-1190, 2016.

PROGRAMA CONJUNTO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE HIV/AIDS. **Avaliação qualitativa sobre violência e hiv entre mulheres e meninas indígenas**. Abr. 2017. Disponível em: <https://unaids.org.br/wp-content/uploads/2018/01/UNAIDS-PORTUGUES-WEB.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2020.

RAMINELLI, R. E. T. Eva Tupinambá. In: DEL PRIORE, MARY (org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1997. p. 11-44.

ROSA, L. M. **Por que a violência contra mulheres indígenas é tão difícil de ser combatida no Brasil**. [2016?]. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/2016/11/25/por-que-a-violencia-contra-mulheres-indigenas-e-cao-dificil-de-s_n_13135104.html. Acesso em: 12 jun. 2018.

SANTOS, I. B. *et al.* Violência contra uma mulher na vida: estudo entre usuários da Atenção Primária. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 5, maio 2020.

SAFFIOTI, H. I. B. Violência doméstica: questão de polícia e da sociedade. In: CORRÊA, M. (org.) **Gênero e Cidadania**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de Gênero – PAGU/Unicamp, Coleção Encontros, 2002. p. 59-69.

SCHARAIBER, L. B. *et al.* Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. **Rev Saúde Pública**, v. 41, n. 5, p. 797-807, 2007.

VERDUM, R. (org.) **Mulheres indígenas, direito e políticas públicas**. Brasília: INESC, 2008.

VISENTIN, F. *et al.* Women's primary care nursing in situations of gender violence. **Invest Educ Enferm.**, v. 33, p. 556-564, 2015.

ZIMMERMANN, T. R.; SERAGUZA, L.; VIANA, A. E. A. Relações de gênero e violência contra mulheres indígenas em Amambai – MS (2007-2013). **Espaço Ameríndio**, v. 9, n. 1, p. 105-126, 2015.

ZÚÑIGA, J. B.; MORALES, A. H.; GONZÁLES, A. B. La historia de enfermería: trascendencia Del fenómeno cuidado y su relación com el tiempo. **Cul Cuid.**, v. 17, p. 11-18, 2013.

Conflito de Interesse: Os autores declaram não haver conflito de interesse.

Recebido: 01/07/2020

Aprovado: 23/09/2020